

COMPREENSÕES DE NATUREZA NA CULTURA OCIDENTAL¹

Mario Jose Puhl².

¹ Trabalho elaborado para apresentação no Salão do Conhecimento

² Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI – Ijuí/RS – Brasil. Bolsista/CAPES. E-mail: mariopuhl@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho constitui-se num esforço de identificar e apresentar as compreensões de natureza elaboradas por diversos paradigmas filosóficos da civilização ocidental emergida da cultura grega, com a intencionalidade de produzir um ensaio teórico relativo ao tema e apresentar o fio condutor que permeia o conjunto dos entendimentos que é tentativa de estabelecer o domínio humano sobre a natureza. A partir da pesquisa bibliográfica realizada identifica-se cinco definições de natureza a qual é identificada como princípio do movimento ou substância, ordem ou necessidade, exterioridade da consciência, campo de pesquisa e autonomia da totalidade. As significações elaboradas ao longo da trajetória da civilização ocidental contribuem para o entendimento da atual crise civilizatória, na qual uma de suas facetas é a problemática ambiental e na proposições de se estabelecer relações socioambientais capazes de produzir um mundo comum democrático.

A temática das relações humanas na dimensão ambiental, suscitada pela percepção da existência de uma crise ambiental ou civilizatória, que pode ser abordada pela perspectiva ambientalista, ética, política, econômica, normativa, educacional, dentre outras, requer a identificação e apresentação das diferentes compreensões de natureza presentes na história da civilização ocidental, demarcada a partir da emergência e afirmação da filosofia grega. Ao longo da história do mundo ocidental natureza é identificada como princípio do movimento ou substância, ordem ou necessidade, exterioridade da consciência, campo de pesquisa e autonomia da totalidade. O conceito de natureza constitui-se em uma proposição civilizatória a qual intenta estabelecer um ordenamento humano sobre a desordem cósmica. Demarcar um dos aspectos diferenciadores da condição humana do não-culturalmente constituído pela ação humana.

O trabalho intenta, na forma de ensaio teórico, identificar e apresentar as principais definições elaboradas pela civilização do mundo ocidental, a partir da emergência da cultura grega, baseado em pesquisa de caráter bibliográfico

Inicia-se com a concepção de natureza produzida na cultura grega uma vez que as formas explicativas anteriores aos gregos são de caráter cosmogônico relativas à origem e causas das transformações do mundo e das coisas. Cada mito fundante e instituinte possuía o seu sentido a partir da sua singularidade cultural, sem a pretensão da universalidade. São os gregos que desejam

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

descobrir, com base na razão, o princípio substancial, a arché, existente em todos os seres materiais.

Aquela civilização define a natureza como *physis*, a qual se diferencia do conceito de arte e artesanato, denominados de *techne*. *Techne* designa a capacidade humana de construir coisas, instrumentos de trabalho, objetos artísticos e de edificar. *Physis* busca abarcar o cosmos, o universo e tudo aquilo que existe no mesmo, não produzido pela ação humana. De acordo com Picht (1989, p. 56), de *physis* deriva o verbo *phyein*, que significa crescer, em termos quantitativos, como resultado de um processo qualitativo, “tornar-se visível”. Em seu sentido contrário, conforme o mesmo autor, expressa o murchar, deteriorar-se, que fazem parte da natureza, para possibilitar a emergência do novo. Em sentido grego, *physis* é atinente à vida orgânica, aos organismos, do qual decorrem as concepções do universo e das sociedades humanas organicistas. Outro aspecto da *physis* citado por Picht (1989) é o de que este conceito busca abarcar o processo circular dos fenômenos naturais: o nascimento, crescimento, envelhecimento e morte dos seres vivos, o aparecimento e desaparecimento das estrelas, dentre outros. É a visão cíclica, circular dos fenômenos naturais que reaparecem nas mesmas situações em tempos diferentes, tais como os ciclos lunares. No entender do filósofo Platão (1991), as estrelas fixas e os planetas giram em esferas cristalinas ao redor da terra. Teoria retomada por Ptolomeu, o qual junta epíclis às esferas.

Refere-se, ainda, à essência da *physis*, ou seja, existe algo que é a *physis* (a essência, a natureza, o princípio, o ser – universais e necessários) de cada ser particular. Os filósofos iônicos estabeleceram o princípio do universo em elementos materiais. Tales de Mileto afirmou que é a água o princípio de tudo. Anaxímenes, entendeu que o princípio reside no vapor ou ar. Heráclito, superando o plano da ordem material, propôs como a essência de das coisas o movimento (o devir), a transformação permanente. Pitágoras situa a *physis* de todas os seres nos números, os quais representam a ordem e a harmonia. Demócrito estabelece o alfa e ômega dos seres nos átomos, partículas invisíveis e indivisíveis. Se algo existe é porque possui uma causa e os átomos são a causa originária do mundo, concepção que possui como desdobramento a teoria mecanicista.

A natureza é o princípio e a causa do movimento e do repouso da coisa à qual ela inere primariamente e por si, e não por acidente. A natureza também pode ser matéria, a admitir-se, como faziam os pré-socráticos, que a matéria tem em si própria um princípio de movimento e de mutação; mas é realmente esse mesmo princípio, portanto a forma ou a substância em virtude da qual a coisa se desenvolve e torna-se o que é (ARISTÓTELES, 2009, p. 197).

Por este princípio cada ser aspira ao seu lugar estabelecido pela natureza (pela essência da coisa e pelo lugar designado pela natureza). Objetos pesados tendem a mover-se em direção ao solo e objetos leves – fogo, ar – para o alto. Nos seres vivos, o princípio do movimento é a alma, a *psyche*. Na qualidade de princípio da vida, a alma é, simultaneamente, o princípio das capacidades e das qualidades específicas de cada ser vivo. As plantas, que se movimentam para crescer e morrer, possuem a essência vegetal. Os humanos, afirma Aristóteles (2009), possuem a alma dos desejos, das necessidades e a alma da racionalidade, da capacidade pensar sobre as ações, de conhecer, pois a capacidade do conhecimento é algo tipicamente humano.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

Pela exclusão da accidentalidade no movimento, Aristóteles (2009) diferencia os fenômenos naturais dos acontecimentos humanos. A natureza também pode ser matéria, como haviam definido alguns filósofos pré-socráticos, e admitir tal compreensão é estabelecer que a matéria tem em si mesma um princípio de movimento e de mutação. Dito de maneira diferente, a forma ou a substância em razão da qual a coisa se desenvolve e torna-se o que propriamente é (ibid.). A natureza é significada como forma, substância ou essência necessária: algo possui uma natureza quando alcança sua forma, quando é perfeita em sua substância. “A substância das coisas que tem o princípio do movimento em em si próprias”, afirma Aristóteles (2009, p. 214). Portanto, a natureza é a causa original e também a causa final de tudo.

A tese do finalismo da natureza sintetiza os dois conceitos fundamentais da metafísica aristotélica: causa e substância. Por sua causalidade a natureza é naturante, criadora de si mesma. Como causalidade se manifesta nas coisas que produz e abarca a totalidade das existências, ou seja, é naturada. Esta compreensão metafísica de natureza é recuperada na Idade Média. A natureza é o âmbito da criação divina. Expressão da bondade divina. O mundo possui um início e um fim, característica da compreensão teleológica. Por outro lado, o mundo, a natureza não surgiu pelas suas próprias forças, mas foi criado por um Ser que não faz parte de sua criatura. A *physis* grega é substituída por uma divindade criadora, que se manifesta nas suas obras. Nelas expressa sua bondade, sabedoria e misericórdia. A natureza é o testemunho da revelação divina, donde deriva a metáfora do livro da natureza, cujo conceito adquiriu um componente normativo, quando a arte deveria imitar a natureza.

Outra concepção presente na cultura ocidental define natureza como ordem e necessidade. Originária dos filósofos etóicos para os quais a natureza é a disposição a mover-se por si segundo as razões internas, segundo à qual conduz até o fim e mantém a sua unidade e pelas quais diferencia um ser do outro. Destaca-se a regularidade e a ordem do devir que governa a natureza. A lei natural é a regra do comportamento que a ordem do cosmos requer que seja seguida pelos seres vivos e demais objetos que o formam. Uma regra, conforme os estóicos, inscrita nos instintos dos animais e na razão da condição humana.

O caráter ordenativo e necessário da natureza é reforçado por Kant, em sua compreensão de natureza.

Por natureza (no sentido empírico), entendemos o encadeamento de fenômenos de acordo com regras necessárias, ou leis, quanto a sua existência. São, portanto, certas leis e leis a priori que tornam possível, antes de tudo, uma natureza; as leis empíricas só podem existir e ser descobertas mediante uma experiência, mas sempre de acordo com essas leis primitivas. Sem elas, a própria experiência não seria possível (KANT, 2009, p. 155).

Na terceira concepção de natureza é expressa a ideia de que ela constitui a manifestação do espírito, da exterioridade, contraposta à interioridade da consciência. Uma expressão do espírito diminuído ou imperfeito que se presentificou, mas de forma diminuída de sua verdadeira essência.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XX Jornada de Pesquisa

A sabedoria é o primeiro termo; a natureza é o último. A natureza é a imagem da sabedoria e é a última parte da alma; como tal, só tem em si os últimos reflexos da razão. [...] A inteligência tem em si tudo; a alma do universo recebe as coisas eternamente, sendo a vida a eterna manifestação do intelecto, mas a natureza é o reflexo da alma na matéria. A realidade termina nela, ou até antes dela, pois ela é o termo do mundo inteligível; além dela, só há imitações (PLOTINO, 2010, p. 48).

Compreensão retomada pela filosofia renascentista e aprofundada pelo romantismo alemão. Para Hegel (1995, p. 207) a natureza “é a ideia na forma de ser outro”, a exterioridade. A natureza não evidencia liberdade alguma, pois estabelece limites à mesma, mas somente necessidade e acidentalidade. Na natureza “não só o jogo das formas está à mercê de uma acidentalidade desregulada e desenfreada, como também toda forma carece por si mesma de seu próprio conceito”, finaliza Hegel (idem). E mais, a natureza está sujeita às leis eternas que determinam a sua existência e continuidade.

Para a pesquisa científica e em algumas análises da metodologia científica hodierna a natureza representa um campo de pesquisa, o objeto de análise a ser perquirido e interpretado. As ciências naturais refrem-se à natureza como locus de observações no qual são possíveis de serem identificados um conjunto de aspectos importantes para a produção do conhecimento, mantendo-se a relação sujeito-objeto.

E a quinta percepção de natureza foi expressa por Espinosa (2009) e Montesquieu (2000) como aspecto limitador do exercício da liberdade, como totalidade que age segundo as leis e seus princípios. A totalidade é livre em si mesma porque não há nada que a controle ou a força a ser senão suas próprias regras. Sua liberdade instaura leis para as partes que a compõem e estas devem agir de acordo com a determinação da totalidade.

Em caráter de proposições finais, as diferentes formas de compreensão de natureza tem como desdobramento a percepção de mundo e o modo como os humanos nele vivem e realizam suas ações individuais e deliberam sobre como estabelecem relações com o que é comum a todos, a natureza.

Na dinâmica histórica do mundo ocidental, articulada com as mudanças na compreensão de natureza, evidencia-se a busca constante de torná-la um conceito, uma abstração, racionalmente construída, e objeto de a ser conhecido e dominado. Quanto mais a natureza foi dessacralizada, mais se aprofundou a dicotomia entre o sujeito e objeto, natureza e cultura. Separação que requer ser superada para a perspectiva de construção de um mundo comum, democrático, no qual todas as formas de vida possam ser conservadas.

Palavras-chave: movimento; ordem; exterioridade; origem; progresso.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. Física I-II. Tradução Lucas Angioni. Campinas: UNICAMP, 2009.
ESPINOSA, Baruch de. Ética. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Enciclopédia das ciências filosóficas. São Paulo: Loyola, 1995

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XX Jornada de Pesquisa

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Tradução Lucimar A. Coghi Anselmi; Fulvio Lubisco. São Paulo: Martin Claret, 2009. Coleção a obra-prima de cada autor, n. 3.

MONTESQUIEU. O espírito das leis. 2. ed. 2. tiragem. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PICHT, Georg. Der Begriff der Natur und seine Geschichte. Stuttgart, 1989. Tese de Doutorado. Mimeo.

PLATÃO. Diálogos. 5. ed. Tradução José Cavalcante de Souza et. al. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PLOTINO. Enéada II: a organização do cosmo. Tradução João Lupi. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2010.